



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE ÉTICA DE ASSUNTOS ESPECIAIS – DENÚNCIAS 01,02 e

03/2016

PARECER

VEREADORES:

DIRCEU MOCELIN

LUIZ ROSSATTO

FERNANDA QUEIROZ

CAMPO LARGO - AGOSTO/2016



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Câmara Municipal de Campo nos dias 07/07/2016, 20/07/2016 e 21/07/2016 recebeu respectivamente as denúncias 01/2016, 02/2016 e 03/2016 de autoria do Vereador João Marcos Cavalin Cuba as duas primeiras e a última pelo Vereador Luiz Daniel Torres Júnior.

As denúncias 02/2016 e 03/2016 versam sobre os mesmos fatos, qual seja, o oferecimento de Ação Civil Pública pelo Ministério Público Estadual quanto a prática de atos de improbidade administrativa.

Imperioso destacar, contudo que há divergências no tocante ao pedido liminar de afastamento do Prefeito Municipal Sr. Affonso Portugal Guimarães.

Deste modo, considerando que as denúncias 01, 02 e 03 trazem em seu bojo a prática de improbidade administrativa, ou seja, há conexão entre elas, e deste modo, aplicando-se subsidiariamente a regra prevista no Art. 55 do Código de Processo Civil e de modo a evitar decisões antagônicas sobre os mesmos fatos desde logo faz-se necessário a aplicação do disposto no aludido dispositivo processual que determina: *Art. 55. Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.*

O presente parecer não emitirá opinião quanto a existência ou não das condutas tipificadas como infrações político-administrativa ou atos de improbidade, mas, se limitará tão somente a verificação dos requisitos de admissibilidade das denúncias, cabendo por força do Art. 5º inciso III do Decreto lei 201/67 a Comissão Processante a condução da instrução processual bem como quanto a procedência ou improcedência dos termos das exordiais acusatórias

A



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Logo, em razão da figura jurídica da conexão, esta Comissão apresentará um único parecer contemplando a admissibilidade das denúncias.

II - RELATÓRIO FÁTICO PROCESSUAL

Em data de 07/07/2016 o Ilustre Vereador Municipal **JOÃO MARCOS CAVALIN CUBA**, ofereceu denuncia acusatória contra o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Affonso Portugal Guimarães pela prática em tese de infração político – administrativa previsto no Art. 4º inciso III do decreto lei 201/19678 e também por improbidade administrativa cuja tipicidade da conduta é aquela descrita no Art. 11 da lei 8.429/1992.

Em data de 20/07/2016 o mesmo Vereador Municipal **JOÃO MARCOS CAVALIN CUBA**, apresentou nova denuncia contra o Prefeito Municipal pela pratica em tese de ato de improbidade administrativa e desvios de verbas públicas aduzindo genericamente as condutas previstas na Lei 8.429/1992, fundamentando seu pleito inicial na propositura da Ação Civil Pública 0007288-41.2016.8.16.0026

Em data de 21/07/2016 o vereador **LUIZ DANIEL TORRES JÚNIOR**, apresentou denúncia contra o Prefeito Municipal pautado na mesma Ação Civil Pública 0007288-41.2016.8.16.0026 assim, em tese a conduta seria aquela de improbidade de ato administrativo, porém, há pedido específico de análise liminar quanto ao afastamento do Sr. Prefeito Municipal.

Todas as denúncias vieram acompanhadas de documentos.

Vieram os processos para analise e Parecer desta Comissão de Assuntos Especiais e Ética nos termos regimentais.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

É o breve e necessário relato processual.

III – FUNDAMENTAÇÃO

Como dito anteriormente, o presente parecer visa resguardar a observância e preenchimentos dos requisitos de admissibilidade sem adentrar no mérito das denúncias, o que caberá ao Soberano Plenário após a instrução do feito a ser praticado pela futura Comissão Processante nos termos do Decreto Lei 201/67 e do Regimento Interno desta Casa de Leis.

DENÚNCIA 01/2016

O Ilustre Vereador Municipal **JOÃO MARCOS CAVALIN CUBA**, ofereceu denuncia acusatória contra o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Affonso Portugal Guimarães pela prática em tese de infração político – administrativa previsto no Art. 4º inciso III do decreto lei 201/19678 e também por improbidade administrativa cuja tipicidade da conduta é aquela descrita no Art. 11 da lei 8.429/1992.

Tal conduta se deu em razão de que o Sr. Prefeito Municipal teria deixado propositadamente e reiteradamente de responder vários requerimentos e pedidos de informações postos pelo vereadores e aprovados de forma unânime pelo Plenário, e que tal conduta torna ineficaz as prerrogativas de fiscalização dos atos do executivo pelo Poder Legislativo.

Aduz desta forma que a conduta do Chefe do Executivo viola a Lei Orgânica Municipal que prevê prazo de 15 (quinze) dias para apresentação das respostas ou 30 (trinta) quando prorrogado.

A



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Apresentou documentos que demonstram a prática da conduta

em tese violada.

Ao final pugna pela instauração de processo de cassação com a perda do mandato do Sr. Prefeito Municipal.

DENÚNCIA 02/2016

Em data de 20/07/2016 o mesmo Vereador Municipal **JOÃO MARCOS CAVALIN CUBA**, apresentou nova denúncia contra o Prefeito Municipal.

Nesta denúncia o vereador aponta como causa infracional pelo Sr. Prefeito a contratação de empresa privada sem obediência aos termos da Lei 8.666/1993 para prestação dos serviços médicos.

Usou como fundamento os termos da Ação Civil Pública 0007288-41.2016.8.16.0026 em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda Pública de Campo Largo.

Apresentou documentos que demonstram a prática da conduta em tese violada.

Ao final pugna pela instauração de processo de cassação com a perda do mandato do Sr. Prefeito Municipal.

DENÚNCIA 03/2016

Nos mesmos moldes, o Vereador **LUIZ DANIEL TORRES JÚNIOR**, ofertou denúncia contra o Prefeito Municipal deste Município cujos fatos seriam aqueles narrados na denúncia 02/2016, ou seja, a não realização de procedimento licitatório para a contratação de empresa privada para prestação dos serviços de saúde.

A denúncia veio acompanhada de documentos.

Nesta denúncia o vereador apresenta pedido liminar de afastamento do Chefe do Executivo ao argumento de que isto seria



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

possível e aplicável no caso concreto para que o prefeito municipal não exerça qualquer tipo de influencia na instrução processual.

Fundamentou o pedido liminar na Constituição Federal em razão de que a Lei Orgânica Municipal não traz esta previsão.

De fato, o tema de afastamento preliminar não esta contemplado na Lei Orgânica Municipal, aplicando-se neste caso e por analogia a regra prevista na Constituição Federal da República Art. 86 § 1º inciso II (crimes de responsabilidade).

Relativamente a este pedido liminar cabe contudo não confundi-lo com a regra de recebimento da denúncia que esta amparada no Art. 5º inciso II do Decreto lei 201/1967, isto porque, para o recebimento da denuncia a votação será feita por maior dos PRESENTES veja-se:

Art. 5º O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não for estabelecido pela legislação do Estado respectivo:

II - De posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator. (grifamos)

Por sua vez, considerando que o tema de afastamento liminar não tem previsão na Lei Orgânica Municipal e, no caso concreto aplicar-se-á a regra de afastamento do Sr. Presidente da República, valendo a máxima de ***quem pode o mais, pode o menos***, ou seja, se a regra vale para o Chefe do Executivo Nacional por certo não haverá ilegalidade para aplicação ao Chefe do Executivo Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Por outro vértice, ainda no tocante a lacuna existente na lei orgânica quanto à suspensão do mandato majoritário, tal pode ser suprida com espeque na mesma previsão da cassação que exige a votação de 2/3 (dois terços) a luz da redação do Art. 63 § 2º inciso VII da Lei Orgânica Municipal.

DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DAS DENÚNCIAS

Em se tratando de denuncia, ou seja, de atribuição de fato ou ato considerado como ilícito penal, a aplicação subsidiária ao caso concreto será a legislação processual penal.

Neste diapasão, neste momento processual, ou seja, ante o oferecimento da denuncia, caberá ao órgão soberano - Plenário – o recebimento ou não das denúncias postas a apreciação.

Assim sendo, os requisitos de admissibilidade são aqueles previstos no Art. 41 do Processo Penal que dispõe:

A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.

Da análise perfunctória observa-se que se encontram preenchidos os requisitos de admissibilidade das 03 (três) denúncias, encontrando-se aptas a serem submetidas à apreciação plenária.

DA VOTAÇÃO

Preenchidos os requisitos de Admissibilidade da presente denúncia, deverá a mesma ser submetida à decisão plenária através de votação de maioria dos presentes conforme as regras aplicáveis ao caso descritos no decreto lei 201/1967.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Todavia, conforme demonstrado às denúncias 02 e 03/2016 dizem respeito aos mesmos fatos, excetuando-se o pedido liminar de afastamento.

Destarte, considerando a conexão das denúncias (02 e 03) esta Comissão entende ser pertinente à votação através de quesitos da seguinte forma:

1. Vota-se o recebimento ou não dos termos da "Denúncia 01";
2. Vota-se o recebimento ou não dos termos da "Denúncia 02";

Em não sendo recebida a "Denúncia 02" encerra-se a discussão dispensando-se a votação da "Denúncia 03" (mesmos fatos);

Em sendo recebida a "Denúncia 02" procede-se a votação tão somente do pedido liminar de afastamento do Prefeito Municipal formulado na "Denúncia 03";

Concluída a votação pelo recebimento das denúncias segue o rito previsto na aludida legislação especial.

DA CONVOCAÇÃO DOS SUPLENTE

Considerando que as denúncias foram propostas pelos vereadores em exercícios, por força do Art. 5º inciso I do decreto Lei 201/1967 os mesmos ficam impedidos de votar sobre a denúncia, havendo necessidade de se proceder à substituição legal convocando-se os suplentes dos vereadores denunciantes, respeitadas a ordem de votação das denúncias.

O vereador suplente ao vereador João Marcos Cavalin Cuba, votará as "denúncias 01 e 02", já, o suplente ao Vereador Júnior Torres votará eventual pedido de afastamento do Prefeito Municipal requerido na "denúncia 03".



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

IV - CONCLUSÃO

Por todo exposto entende esta Comissão de Assuntos Especiais e Ética estarem presentes os requisitos de admissibilidade das denúncias 01,02 e 03/2016 devendo as mesmas ser submetidas a decisão do Soberano Plenário da Câmara Municipal, em tudo observado e aplicado as disposições do Decreto Lei 201/1967.

Campo Largo, 03 de agosto de 2016.

Dirceu Luiz Moçelin
DIRCEU MOCELIN

PRESIDENTE

Luiz Rossatto
LUIZ ROSSATTO

RELATOR

Fernanda Queiroz
FERNANDA QUEIROZ

MEMBRO